



ENTREVISTA
EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO

1. A partir de tuas pesquisas e estudos, qual entendimento sobre educação para a sexualidade vens construindo?

R.: Bom, primeiramente, lembro que questões e contextos envolvendo sexo, corpo, gênero e atitudes sexuais são recorrentes na sociedade de forma geral e na escola, em particular, esses segmentos (sociedade e escola) interpretam e respondem a essas questões a partir de crenças, de valores morais, de normas religiosas, costumeiramente fundamentando-se em preconceitos e discriminação. A educação sexual enquanto campo que se fundamenta na ciência, na didática e no método possibilita uma compreensão das questões sexuais, além desse senso comum, sua aplicabilidade pode contribuir para que as pessoas se sensibilizem e passem a entender a sexualidade, a partir da desconstrução de tabus, preconceitos e valores enraizados historicamente. As pesquisas e estudos que tenho realizado, ao longo de mais de trinta anos, mostraram-me o quanto a educação sexual desenvolvida, a partir do foco na cidadania e no direito, é uma ação pedagógica importante na construção de um caminho para erradicar preconceitos e discriminações, diminuir a violência sexual e de gênero, reconhecer positivamente a diversidade e, enquanto campo de produção de conhecimento sexual, fornecer informações científicas que esclareçam crianças e jovens na escola e as pessoas em geral na sociedade, diminuindo a

intensidade de angústias e ansiedade geradas a partir do desconhecimento e da desinformação que confundem e induzem ao erro.

2. Que acontecimentos destacarias como relevantes no estudo da história da educação para a sexualidade no Brasil?

R.: Gosto de pensar que a educação sexual no Brasil foi gestada ao longo de uns cento e cinquenta anos, período este, em que foi preparado o ambiente mental da sociedade e da escola para que, chegando ao século XXI, houvesse receptividade às ações de educação sexual. Os primeiros estudos envolvendo questões sexuais no país ocorreram a partir das teses das faculdades de medicina nos anos 1850 e seguintes. Os médicos desse período formaram os médicos que atuaram nas primeiras décadas do século XX, os quais publicaram livros, muitos deles sobre sexualidade e educação sexual (aliás, entre os anos 1930 a 1950, todas as grandes editoras do Rio de Janeiro e São Paulo tinham coleções e séries com temas sexuais). Esses profissionais eram também professores das Escolas Normais, e formaram professoras que, na década de 1960, foram dar aulas nos colégios de aplicação e nos ginásios vocacionais. Esses espaços escolares foram receptivos à educação sexual, e ali tivemos as primeiras experiências exitosas de educação sexual em escolas. Mesmo com a diminuição ou quase interrupção dessas ações no âmbito das instituições escolares, em decorrência do Golpe de Estado de 1964 e do recrudescimento da ditadura com o AI-5 em 1968, a semente lançada nesses cem anos brotou, e nos anos 1980, com a abertura política, estudos sobre sexualidade e educação sexual renasceram, principalmente nas universidades e foi desenvolvida no Brasil, uma vasta produção sobre a temática sexual a partir de 1980 até hoje. Os grupos de investigação surgidos a partir dos anos 1990 contribuíram para essa produção e possibilitaram que ações também fossem levadas para as escolas de ensino fundamental e médio. São esses os marcos relevantes:

Século XIX – teses nas faculdades de medicina;

Primeiras décadas do século XX – vasta produção de livros sobre sexualidade, inclusive educação sexual;

Anos 1960 – primeiras experiências exitosas de educação sexual nas escolas;

Anos 1970-80 – surgimento de várias associações científicas no campo da sexologia, com a inserção de psicólogos e educadores, além dos médicos;

Anos 1990 – criação dos grupos de investigação nas universidades, que possibilitaram a consolidação do campo sexual, enquanto área reconhecida de estudo e pesquisa na década seguinte.

3. Que avanços e retrocessos percebes sobre essa temática na atualidade?

R.: Então... Eu vejo a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) como um marco importante para a efetivação (que não houve) da Educação Sexual no Brasil. Pela primeira vez, houve um reconhecimento oficial do governo federal da necessidade de se trabalhar questões de sexualidade, corpo, gênero e educação sexual nas escolas. No entanto, se por um lado os PCNs sugeriam ou indicavam que educação sexual (chamada ali de orientação sexual) era objeto de ação na escola, por outro, o governo federal errou ao não estimular, ou principalmente, ao não oferecer uma contrapartida para que essas ações fossem efetivamente desenvolvidas em larga escala, como investir na formação de professores em educação sexual. Nem nos oito anos do governo Lula (2003-2011) houve investimento nessa formação específica. Atribuo a esse erro estratégico, a impossibilidade de contermos o retrocesso que tivemos em relação à educação sexual a partir, principalmente, de 2013-2014, com um recrudescimento atoleimado em 2016. O que isto significa? Significa que tivemos avanços importantes para a educação sexual no país entre 1997 e 2011, inclusive com o financiamento de projetos para serem desenvolvidos nas escolas, como o *Brasil sem homofobia* e o *GDE – Gênero e diversidade na escola*. Políticas Públicas favoráveis às mulheres também foram implementadas. Em 2012, foi criado o primeiro Mestrado em Educação Sexual no Brasil. No entanto, já no final do governo Lula, com maior intensidade no governo Dilma, percebemos uma grande interferência de deputados da bancada evangélica na avaliação, votação e aprovação de temas por ela considerados em oposição aos princípios bíblicos. Curiosamente, são temas que envolvem cidadania e direitos civis. E dentre eles, os ligados à sexualidade, educação sexual, direitos do movimento Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Sendo aliada do governo federal, e este precisando de votos para a aprovação de seus projetos, a bancada evangélica conseguiu mudar o caminho pró-sexual, antes adotado pelo governo progressista do PT. A partir de 2014, não só os fundamentalistas evangélicos, mas também os conservadores católicos passaram a agir de forma mais contundente. Nesse mesmo ano, na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional, a questão de gênero foi retirada do texto. E, a partir daí, o mesmo ocorreu em relação aos Planos Municipais de Educação. O ponto máximo do retrocesso ocorre a partir de 2016, com o impeachment e o início do governo Temer, quando uma onda de conservadorismo inunda o país.

4. Como tens percebido essa ofensiva por parte de setores religiosos, políticos e sociais em conter o avanço de políticas voltadas a garantir e ampliar a educação para a sexualidade no espaço da escola?

R.: Bom, há uma relação entre as perguntas feitas, e eu acabei adiantando essa questão na pergunta n. 3, pois essa ofensiva de setores religiosos teve responsabilidade ativa no retrocesso que comentei anteriormente. Eu percebo essa ofensiva com muita preocupação, pois parece que cidadania, direitos humanos, respeito pelo outro, igualdade entre homens e mulheres, compreensão da diversidade são premissas descartáveis e descabidas neste contexto capitaneado pelo conservadorismo. O problema é que essa mencionada ofensiva vai além das questões de educação sexual. A sociedade brasileira vive um perigoso momento em que se prega a volta do totalitarismo, a supressão da liberdade de expressão, o livre pensar é desencorajado, direitos humanos são desrespeitados e retrocedemos uns 80 anos nas políticas educacionais, sem contar o meio ambiente, as leis trabalhistas, o trabalho em condição análoga à escravidão...

5. Muitas pesquisas e documentos direcionados ao campo educacional têm utilizado termos como educação sexual, orientação sexual, educação em sexualidade, educação para a sexualidade entre outros. Como tens percebido essa multiplicidade

de formas de nomear o debate da temática sexualidade no espaço da escola?

R.: Primeiramente, acho interessante comentar sobre a “história” da utilização desses diversos termos. Nas primeiras décadas do século XX (1930 e seguintes) o termo usado era Educação Sexual. Na Medicina e na Educação se pensava a Educação Sexual como uma abordagem, uma ação, uma matéria de ensino, e como tudo na época, era uma proposta a partir do higienismo. Hoje, equivocadamente e por desconhecimento histórico, inclusive por associações ao eugenismo superficialmente tratadas, muitos autores atacam o higienismo. Mas o higienismo foi importante para que se desenvolvesse um pensamento de erradicação das doenças que nos séculos XIX e XX se alastravam na sociedade, principalmente nas camadas populares. E foi um ponto importante para que a Educação Sexual ganhasse terreno e se consolidasse ao longo do século XX. Bom, mas voltando ao ponto central da pergunta, até os anos 1970 o termo educação sexual era corrente entre educadores e educadoras. Surge então, a partir do final dos anos 1970, o termo Orientação Sexual, o preferido dos psicólogos, que nesse período começaram a também ter uma participação importante e cada vez maior nos estudos da Sexualidade. *Grosso modo*, podemos dizer que até meados dos anos 2000, havia o uso paralelo dos dois termos: Educação Sexual pelos educadores e Orientação Sexual pelos psicólogos. Inclusive foi a nomenclatura escolhida para os Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997. Porém, a partir dos anos 2000, a inserção mais acentuada e ampla do movimento LGBT na sociedade trouxe um alargamento conceitual. A orientação sexual também era compreendida como a direção ou inclinação do desejo afetivo-sexual, um sentido diferente, portanto, daquele que se assemelhava à educação sexual. Assim, até para se evitar confusões, houve um encaminhamento natural para a substituição da Orientação Sexual por Educação Sexual. Não paramos aí, no entanto. Surgem outros termos para se usar no lugar de Educação Sexual: Educação Afetivo-Sexual, Educação para a Sexualidade, Educação em Sexualidade, este último adotado pela UNESCO. Eu uso Educação Sexual. Não tenho medo do “sexual”, não tenho preconceito com o “sexual”. Se pensarmos na Língua Portuguesa, o adjetivo sexual é o mais apropriado. Dizer que não se deve usar Educação Sexual por ser um termo oriundo do

higienismo e que prioriza uma abordagem biologizante que prioriza a profilaxia das doenças, é, no mínimo, uma visão estreita de quem desconhece a história. Não é o termo em si que vai mudar o ponto de vista, questionar valores... Se a ideologia dominante em um determinado campo do saber for conservadora, normatizadora, independentemente do termo empregado, sua prática também o será. E, recentemente, em novembro de 2017, no IV Congresso Internacional de Sexualidade e Educação Sexual, realizado na UNESP, em Rio Claro - SP, durante uma conferência proferida por uma pesquisadora ligada à UNESCO, foi perguntado por que a UNESCO utilizava o termo Educação em Sexualidade. Para mim, a resposta foi surpreendente e não era o que eu imaginava ou esperava. Segundo ela, foi um *pacto entre os representantes dos Ministérios da Educação para não “chocar” os pais*. Ou seja, não houve um critério científico. Se a palavra “sexual” é muito contundente, vamos trocá-la! Porém, há vários países que continuam utilizando o termo Educação Sexual. Para mim, ainda que entenda e respeite que colegas e instituições prefiram usar Educação em Sexualidade ou Educação para a Sexualidade, o termo mais adequado, histórica e cientificamente, é Educação Sexual. É mais conhecido, popularmente enraizado e define bem tanto um campo de intervenção pedagógica quanto área de ciência educacional.

6. Como tens promovido em tuas pesquisas a discussão sobre educação para a sexualidade?

R.: Minha área principal de investigação é História da Sexualidade e da Educação Sexual, e penso que o conhecimento histórico é de grande importância como coadjutor da consolidação da Educação Sexual, enquanto campo de ciência e prática educacional. Atitudes e comportamentos sexuais, assim como valores, variam de época para época e de povo para povo. São decorrentes de uma construção histórica. No entanto, tenho observado que professores, e mesmo profissionais que atuam no campo da Sexualidade, desconhecem como ocorre este processo, assim como estudantes da Pedagogia e das Licenciaturas. Nos contatos que tenho, seja nas aulas, seja nos cursos e conferências, busco discutir as possibilidades de desconstrução do discurso androcêntrico, preconceituoso e discriminatório, tão comum em nossa cultura, a partir da História. O que quero dizer é que a discussão sobre

educação sexual também pode ser desencadeada por elementos de sua história, compreendida e inserida em um contexto que envolve a cultura, a cidadania, a política e o direito.

7. Como podemos propor um trabalho pedagógico pensando, hoje, na categoria sexualidade, entrelaçada as categorias de classe, gênero, geracional, raça, etnia entre outras?

R.: Penso que há várias formas, abordagens, caminhos para se trabalhar com Educação Sexual. Considerando o relativo número de grupos de pesquisa existentes nas universidades brasileiras, cada um utiliza uma maneira diferente para chegar até a escola e para desenvolver suas ações em Educação Sexual. No NUSEX – Núcleo de Estudos da Sexualidade, e agora também no Mestrado em Educação Sexual, entendemos que as categorias mencionadas nesta pergunta, assim como algumas outras estão inseridas, fazem parte de uma grande área de ensino, pesquisa e atuação denominada Educação Sexual. Necessariamente, trabalhar com Educação Sexual implica em desenvolver estratégias pedagógicas que permitam conhecer, refletir e questionar sobre Gênero, Classes Sociais, Raça e Etnia, Relações Geracionais, Cidadania, Direitos Humanos pois não é possível no contexto atual, abordar Sexualidade, atitudes e comportamentos sexuais, falar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), Anatomia e Fisiologia Sexual, Gravidez, Métodos Contraceptivos, Corpo sem relacionarmos com as categorias sociais que vão possibilitar a compreensão de que nossa concepção e percepção da Sexualidade é uma construção histórica, e altera-se de época pra época e de povo pra povo. Ou seja, temos de ir além da informação biológica.

8. Como traçar estratégias para falar em educação para a sexualidade no espaço escolar?

R.: Primeiramente, criar estratégias de esclarecimento e convencimento, pois nos últimos anos, os movimentos conservadores, sem nenhum embasamento científico, sem nenhum argumento lógico, simplesmente desmantelaram, por meio de falácias, a compreensão e o entendimento que estavam sendo construídos ao longo de anos e anos. Não levamos em conta,

ou não demos o devido valor, ao conservadorismo latente da sociedade brasileira, ignoramos a homofobia e o preconceito existentes, características que possibilitaram o surgimento de um discurso que ganhou força e conseguiu ser voz ativa e proeminentemente contra as liberdades conquistadas. Luiz Ruffato, em uma matéria no jornal *El País* escreveu: “Em países periféricos como o Brasil, a ignorância é mantida porque serve para promover a apatia da população – e, como consequência, a pobreza se perpetua como eficaz instrumento de dominação”. Professores e professoras reflexivas e críticas formando igualmente alunos e alunas reflexivas e críticas são um perigo para as classes dominantes de qualquer sociedade. Igualmente perigosas são as ações educativas que combatem a desigualdade, o preconceito, a discriminação. De onde surgiu o movimento Escola sem Partido? Suas propostas, sua bandeira, assim como as dos grupos que não admitem que se fale de gênero na escola, são autoritárias, antidemocráticas, enganam e confundem a sociedade, e desrespeitam as leis. Mas estão aí, bradando em alto e bom som, e o pior, fazendo com que cada vez mais pessoas incorporem essas ideias.

9. Sabemos que coordenamos o Mestrado em Educação Sexual Profissional na Unesp, que foi o primeiro no Brasil. Qual importância de ter um espaço de formação de pós-graduandos/as nessa área?

R.: Penso que a criação de um Mestrado em Educação Sexual, com uma denominação específica, sem “camuflagens”, sem medo de “mostrar a cara” foi importante para dar identidade à Educação Sexual. É necessária a presença da mesma nos espaços da pós-graduação, tanto em Linhas de Pesquisa com essa denominação, mas principalmente em cursos stricto sensu. Tanto que nossa próxima meta é a proposta de criação de um Doutorado. Mas, além dessa questão de identidade, um Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual preenche uma lacuna existente há vinte anos, desde o surgimento dos PCNs, em 1997. Nós da área de Educação perdemos o bonde da história, ignoramos a oportunidade surgida com os PCNs e os temas transversais, e nada fizemos para o desenvolvimento e implantação de cursos para a formação de professores em educação sexual. Hoje, pagamos o preço.

Tenho certeza que se o primeiro Mestrado em Educação Sexual tivesse surgido logo após os PCNs, no seu bojo surgiriam outros mestrados e cursos de especialização que teriam formado muito mais professores. Vinte anos é um tempo consideravelmente suficiente para termos muitas mentes favoráveis à Educação Sexual.

10. Tens alguma sugestão de site, livro ou filme que contribuam para a discussão da educação para a sexualidade no espaço escolar?

R.: Bom, vou fazer propaganda de duas entrevistas que concedi. Uma foi para a UNIVESP e pode ser encontrada no link <https://www.youtube.com/watch?v=EyKuz8xnSnA>. A outra foi para a TV FIB Bauru, série Diálogos do Saber, e pode ser vista no link <https://www.youtube.com/watch?v=WsaWtWPIA1o>. São reflexões que podem contribuir para a formação continuada ou mesmo inicial nos cursos de pedagogia e licenciatura. Em relação a filmes que possam estimular o debate, sugiro os seguintes: *O sorriso da Mona Lisa*, de Mike Newel, 2003, com Julia Roberts; *Terra fria*, de Niki Caro, 2006, com Charlize Theron; *Kinsey*, de Bill Condon, 2004, com Liam Neeson; e *Milk*, de Gus van Sant, 2008, com Sean Penn.



Paulo Rennes Marçal Ribeiro graduou-se em Psicologia e Pedagogia, é Doutor em Saúde Mental pela Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP e Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual pela UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em Araraquara, onde é professor do Departamento de Psicologia da

Educação e coordenador do Mestrado em Educação Sexual.